



PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome _____ Contribuinte nº _____
BI / Cartão de cidadão _____ emitido em / válido até _____
Morada / sede em _____
Freguesia de _____ Concelho de _____
Código postal _____ - _____ - _____
Telefone _____ Telemóvel _____ Correio Eletrónico _____

PRETENSÃO

Titular do processo nº _____, na qualidade de ^(a) _____, vem solicitar a V. Ex^a que seja emitido o respetivo alvará de licenciamento de obras de edificação.

Pretende cópia autenticada dos projetos de: arquitetura
especialidades

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos da presente operação urbanística.

A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento

O Requerente,

Aos _____

NOTAS:

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra;



ELEMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

Plano de segurança e saúde;
Termo de responsabilidade;
Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional

Direção técnica da obra

Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional
Termo de responsabilidade do diretor da obra e, quando aplicável, termo de identificação dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades
Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, de diretor de obra e, quando aplicável, dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades
Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil extracontratual válido, relativo à direção da obra, nos termos do artigo 24º destinado a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, nos termos da legislação em vigor (Lei 31/2009 de 03/07)
Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de fiscalização da obra (se aplicável)

Titular do alvará de construção (empreiteiro)

Declaração de titularidade de **ALVARÁ DE EMPREITEIRO** emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, (IMPIC), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra

Declaração da Empresa Detentora do Alvará de Construção ou Título de Registo

ou

Documento em formato digital dependente de registo no IMPIC com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar.

Declaração de titularidade do **CERTIFICADO DE EMPREITEIRO** emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, (IMPIC), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra

Declaração da Empresa Detentora do Alvará de Construção ou Título de Registo

ou

Documento em formato digital dependente de registo no IMPIC com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar.

NOTA 1: Fica dispensado de apresentar os documentos acima referidos, quando se trate do mesmo ALVARÁ DE EMPREITEIRO / CERTIFICADO DE EMPREITEIRO.

NOTA 2: Caso se trate de novo ALVARÁ DE EMPREITEIRO / CERTIFICADO DE EMPREITEIRO, deverá requerer o respetivo averbamento através do Mod. 265 CMCA, juntando os documentos aí referidos.

Apólice de seguro de construção e comprovativo de pagamento, em vigor (recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro) - quando exigível;

Apólice de seguro, em vigor, que cubra a responsabilidade pela reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho e comprovativo de pagamento, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro (deverá apresentar recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro).

Livro de obra, com menção do termo de abertura.

Elementos de Gestão de Resíduos de Construção/Demolição, de acordo com a legislação aplicável;

Termo de responsabilidade;

Memória descritiva;

Peças desenhadas;

Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

SUGESTÃO

O presente requerimento deve ser autenticado através de assinatura digital do requerente. Caso este não possua meios para autenticar digitalmente este documento, deverá proceder à sua assinatura em papel, digitalizá-lo e inseri-lo no CD.

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.

Em caso de instrução deficiente do pedido o interessado será de imediato notificado, de acordo com o previsto no n.º 3 do Artigo 11.º do D.L. 555/99 de 16 de dezembro, para apresentação dos elementos em falta e pagamento das taxas devidas, nos termos do Regulamento Municipal em vigor.